

Lucros, investimentos e coligações políticas na I República¹

INTRODUÇÃO

A instabilidade e a conseqüente queda da 1.ª República despertam muito interesse, em parte devido à natureza e à duração do governo autoritário que se lhe seguiu. Ao reflectirmos sobre aquele período histórico, somos, naturalmente, levados a interrogar-nos sobre as causas da queda da 1.ª República. Sinto que muitas das explicações até hoje apresentadas, se bem que interessantes, enfermam de uma lacuna grave — nunca estabelecem uma ligação clara entre a oferta de trabalho e o colapso da República. Podemos, por isso, procurar inferir a natureza específica dessa ligação. A exacta natureza desta lacuna é demonstrada a seguir, através de três tipos diferentes de explicações.

Os que atribuem a queda da República a conflitos de personalidades e à divisão partidária teriam de nos fazer crer que a sociedade nada mais é que um somatório de atitudes e de conflitos individuais. E ainda que nem as forças sociais nem as instituições influenciam o processo político. As explicações baseadas em facções partidárias ou em conflitos de personalidades, apesar do seu interesse, não contêm uma teoria. Como saber exactamente qual o ponto em que o conflito de personalidades se torna excessivo e, por isso, destruidor de qualquer regime político? Porque é que a democracia foi substituída por uma ditadura militar, e não por uma qualquer outra forma política? Tais perguntas não podem ser respondidas dentro da estrutura que oferecem.

Outras explicações, baseadas em dados fiscais e económicos, enumeram uma série de problemas, como, por exemplo, a balança de pagamentos, a circulação monetária, o custo de vida, taxas de câmbio, mudança na população, etc. Estas abordagens explanatórias concluem que as insuperáveis dificuldades fiscais e económicas resultaram no colapso da República. Devemos, todavia, interrogar-nos — se não se soubesse já que a República caiu — se teria sido possível prever a sua queda a partir de uma tal litania de problemas económicos. Acaso não sobreviveram outras repúblicas democráticas cujas condições económicas e fiscais eram idênticas ou piores? Este tipo de explicações não consegue, também, estabelecer um contexto teórico para a ligação entre a litania dos fiascos fiscais e a mudança do regime político.

Explicações que adornam a litania económica e fiscal com uma porção de outros itens, como, por exemplo, a retirada de apoio político por parte das várias

* Universidade de Chicago, EUA.

¹ Este trabalho foi apoiado, em parte, por um subsídio da American Association of University Women. Os esboços iniciais deste trabalho beneficiaram das sugestões de Adam Przeworski e Michael Burawoy. A autora gostaria também de agradecer a Manuel Machado, Leonard Radinsky e João Cruz o apoio que lhe prestaram.

classes sociais, crise mundial, conflito no seio dos militares, etc., esmagam-nos, do mesmo modo que defendem que a República foi esmagada. No entanto, estas explicações mais embelezadas enfermam da mesma lacuna — falta-lhes uma dinâmica explicativa para a alteração do regime político.

Por outro lado, as histórias da classe operária da República apontam o caminho para se sair desta dificuldade. Tais histórias ilustram tanto as condições objectivas da classe operária como a sua organização política. Fornecem uma teoria para o colapso da República, porque, implícita ou explicitamente, postulam a ideia de que a organização da classe operária precipitou uma contra-reacção entre os capitalistas, que veio a culminar no 28 de Maio de 1926.

O meu trabalho visa demonstrar até que ponto a instabilidade e a queda da 1.ª República eram inerentes à estrutura económica da sociedade portuguesa. Tal demonstração envolve não apenas a elaboração da intercepção da estrutura económica com a estrutura política, mas também a demonstração de que uma tal intercepção constitui uma explicação mais convincente para a instabilidade republicana do que as atrás referidas.

AS HISTÓRIAS ECONÓMICAS DA 1.ª REPÚBLICA

Qual o motivo, então, para mais uma descrição da economia? Ela não se deve, por certo, à inexistência de obras publicadas sobre a matéria, nem tão-pouco à falta de interpretações da economia — bem pelo contrário. Numerosos relatos históricos descrevem a economia na viragem do século. A maioria foi elaborada com base em dados de fontes comuns, designadamente o *Inquérito Industrial de 1917*, *Comércio e Navegação*, o censo da população, e em trabalhos de escritores contemporâneos, como os de Bento Carqueja. Se bem que tais dados sejam esparsos e de qualidade questionável, devemos congratular-nos pela sua existência.

Não obstante os dados utilizados pertencerem a fontes comuns, as conclusões que deles têm sido retiradas em matéria económica são bastante divergentes. Segundo indicadores rudimentares, Portugal era um país predominantemente agrícola. Todavia, estes indicadores pouco contribuem para distinguir a harmonização económica específica de Portugal da de outros países que igualmente receberam o epíteto de «agrícolas». Enquanto Armando Castro² mantém que o capitalismo tinha penetrado, ao mesmo tempo, tanto a agricultura como a indústria e descreve a extensão que o mesmo atingiu, Miriam Halpern Pereira³ defende que a agricultura era o sector mais dinâmico da economia. Por outro lado, e segundo Ramiro da Costa⁴, o comércio era o sector onde se encontrava a burguesia dominante. A partir destes e de outros trabalhos, poucas dúvidas subsistem de que Portugal, na viragem do século, apresentava uma organização económica capitalista. Todavia, o capitalismo assume variantes múltiplas, e descrever um sistema daquele modo, como descrever um sistema apenas como agrícola, não é mais do que um ponto de partida. Apesar da multiplicidade das interpretações expendidas, continua a justificar-se a produção de mais análises descritivas. Três argumentos básicos servem de apoio a esta asserção: dois de carácter metodológico e um de carácter teórico.

Em primeiro lugar, muitas das descrições existentes são genéricas e agregadas ao nível sectorial: indústria, agricultura e comércio. As interpretações

² Armando Castro, *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, Porto, Limiar, 1976.

³ Miriam Halpern Pereira, *Política e Economia: Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979.

⁴ Ramiro da Costa, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1975.

referentes a indústrias específicas, quando surgem, assumem muitas vezes a forma de relatos qualitativos. Quando nelas se incluem estatísticas de produção ou outros elementos semelhantes, ficamos sem qualquer base para uma comparação entre as indústrias. Se houver uma produção adicional de 2000 litros de vinho do Porto e uma produção adicional de 1000 sacos de adubo, significará isto que a taxa de crescimento do primeiro produto foi mais rápida ou mais lenta que a do segundo? Não é fácil evitar estas dificuldades, sendo certo que, mas dependendo da natureza do trabalho, as análises sectoriais e as descrições seriais podem ser suficientes.

Em segundo lugar, a taxa de crescimento económico depende de factores muito diferentes: mudanças da população, alterações na procura tanto por parte dos consumidores como dos mercados, alterações tecnológicas e de investimento no tipo de actividade económica. Determinar o peso relativo de cada um destes factores exige que os dados sejam organizados de um modo especial.

Em terceiro lugar (e talvez o ponto principal do assunto), o *puzzle* da instabilidade política deve ser ponderado à luz de uma utilidade própria. Os elementos que constituem a análise económica devem, por assim dizer, estar ao serviço da análise política. Aqui, o exemplo contrário é elucidativo. Ao tratar sob a designação genérica de «indústria» a moagem de cereais e a produção têxtil, exclui-se a possibilidade de determinar que ambas têm diferentes taxas de lucro e/ou investimento.

OS DADOS

Ideias bem articuladas têm-se revelado ineficazes devido à falta de dados adequados. A discussão conceptual que se segue tenta entrar em linha de conta com esta lamentável situação de escassez de dados. Situação que, aliás, coloca o historiador entre dois pólos — um de aceitação cega e outro de desculpa. Assim, se, por um lado, somos tentados a descarregar as culpas das nossas insuficiências teóricas e conceptuais sobre a inadequação dos dados, somos, por outro, tentados a utilizá-los, atribuindo-lhes uma validade total, confiança e perfeição. Os dados estão, de facto, eivados de falhas — a pior das quais é a sua escassez. O que até nós chegou como «estatísticas» ou «amostras» representa o cume de uma pirâmide cuja base assenta naquelas actividades económicas em relação às quais se não conservaram arquivos. Restam-nos umas quantas empresas que, por necessidade e capacidade, conseguiram organizar os seus arquivos, alguns dos quais se encontram publicados. O *Diário do Governo* é uma das fontes onde se podem encontrar os relatórios de contas anuais de algumas empresas. E, como comentário final sobre a qualidade dos dados, anote-se a significativa observação feita por Armando Castro ⁵:

As dificuldades de realização do trabalho tornaram-se, entretanto, particularmente nítidas quanto ao estudo da época compreendida entre 1900 e 1925, visto termos verificado que, ao contrário do que uma impressão apressada poderia dar a entender, as fontes de informação acerca da vida económica nacional nesses cinco lustros são muito mais escassas e fragmentárias [...]

Os dados apresentados neste trabalho foram escolhidos por abrangerem aquilo que a autora considera serem os pontos focais da produção capitalista — a produção para obtenção de lucros e a formação de capital para o desenvolvimento.

⁵ Armando Castro, *A Economia Portuguesa do Século XX*, Lisboa, Ed. 70, 1973, p. 11.

OS LUCROS

Os lucros (rendimentos dos investimentos) são examinados para as diferentes indústrias e actividades económicas. Os dados que, como estes, provêm de fontes numerosas colocam dois problemas de cálculo: diferentes lucros líquidos são avaliados em relação a diferentes valores de capital; e a evolução comparada das taxas de lucro, no tempo, reporta-se a diferentes grupos de empresas. Existem, no entanto, alguns dados a examinar.

Se perguntarmos onde se encontram os mais elevados rendimentos do capital, poderemos começar pelos dados dos sectores mais importantes. O quadro n.º 1 mostra que as taxas de lucro eram consistentemente mais baixas no sector comercial, nos investimentos ultramarinos e no comércio internacional. Durante a República foram a indústria e a agricultura que registaram as taxas de lucro mais elevadas. O mais interessante a reter é o facto de, segundo os dados, se ter verificado uma alteração da localização dos lucros mais elevados do investimento durante aquele período. Enquanto a indústria registava maiores taxas de lucro no início da República, os ganhos da agricultura cresceram a um ponto tal que, nos finais da República, a agricultura detinha taxas de lucro superiores às da indústria.

Níveis de lucro para os principais sectores: 1910-26

(Lucros em percentagens)

[QUADRO N.º 1]

Ano	Indústria	Agro-pecuária	Comércio interno	Comércio externo
1910	10,9	5,8	—	—
1916	—	—	—	7,12
1917	11,5	22,3	4,5	7,97
1925	15,8	63,7	6,0	13,2

Fonte: Armando Castro.

Uma vez que os dados por sector ocultam a diversidade de técnicas de produção e uma disparidade de taxas de lucro, o quadro n.º 2 apresenta o que foi possível encontrar em matéria de dados relativos aos lucros da indústria. Tais dados sugerem que eram as indústrias tradicionais de moagem de cereais e têxtil que detinham maiores taxas de lucro no início do período. As taxas de lucro da agro-pecuária e das empresas de financiamento situavam-se apenas em metade das taxas obtidas pelas duas primeiras. Depois da guerra, os têxteis mantiveram este avanço, mas a indústria de moagem de cereais decaiu. Os lucros da agro-pecuária registaram o maior aumento, seguindo-se-lhe de perto os das empresas de financiamento, das companhias de seguros e das empresas coloniais. A moagem de cereais e o comércio interno evidenciaram as taxas de lucro mais baixas. Em 1921, a constelação das taxas de lucro era mais ou menos idêntica à de 1917. A produção têxtil continuou com margens de lucro mais altas, enquanto o comércio e a indústria alimentar de sólidos (um infeliz agrupamento de diversas indústrias) se encontravam na base da escala de lucros. Os projectos coloniais e a banca colonial obtinham diminutos ganhos. Em 1925, a produção agro-pecuária registou as mais elevadas taxas de lucro. Embora os têxteis não tivessem, propriamente, abandonado a sua alta taxa de lucro, posição semelhante foi alcançada não apenas pela agro-pecuária, mas também pelas empresas de financiamento.

A crer nestes dados (embora com todas as reservas atrás mencionadas e mais uma) ⁶, pode concluir-se que as indústrias tradicionais começavam a abandonar, ou tinham mesmo abandonado, a sua posição de indústrias mais lucrativas. Em relação a estas indústrias tradicionais, não se pode dizer que fosse mais elevada a vantagem das actividades coloniais; no entanto, convirá relembrar que as organizações financeiras eram frequentemente uma fachada para as operações coloniais. No mínimo, é patente que as indústrias tradicionais podiam estar a perder impacte, mas não tinham sido ainda substituídas por novas indústrias pesadas. Pelo contrário, as indústrias tradicionais pareciam ter sido substituídas por outras mais tradicionais ainda — a agricultura e a indústria de financiamento.

Taxas de lucro para as indústrias mais lucrativas por anos seleccionados

(Lucros em percentagem do capital)

[QUADRO N.º 2]

1900		1917		1921		1925	
Têteis	12	Agro-pecuária	22	Têxteis	70	Agro-pecuária	64
Moagem	12	Têxteis	18	Indústria geral	25	Finança	34
Têxteis de algodão	9	Indústria geral	13	Bancos coloniais . .	25	Têxtil algodoeira . .	34
Fósforos	7	Seguros	13	Projectos coloniais	25	Seguros	23
Agro-pecuária	6	Projectos coloniais	8	Alimentos sólidos .	24	Indústria em geral	14
Finança	6	Finança	6	Finança	20		
		Moagem	3	Comércio	16		

Fontes: Armando Castro, *A Economia Portuguesa do Século XX*, cit., pp. 190-191; Ramiro da Costa, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, cit., p. 42; Bento Carqueja, 1908, p. 186; US Department of Commerce and Labor, Series no. 46-49.

Nota — Tentei conciliar as categorias com as do *Inquérito Industrial de 1917*.

O INVESTIMENTO DE CAPITAIS NA ECONOMIA PORTUGUESA

Se uma sociedade produzir e consumir sempre a mesma quantidade, dir-se-á que é estacionária. Embora não existam dados relativos ao rendimento nacional dessa época, é provavelmente mais seguro presumir que houve algum crescimento. A maioria das estatísticas da produção bruta — industrial e agrícola — mostram tendências ascendentes. Também os índices de crescimento *per capita* são positivos. Mesmo que esse crescimento tenha sido diminuto e devido principalmente a alterações demográficas, afigura-se seguro operar com o pressuposto de que algum crescimento do produto nacional haveria de provir de uma das principais componentes — ou do consumo, ou do investimento. Daqui decorrem uma série de perguntas. Seria o crescimento motivado pelos aumentos no consumo ou no investimento? Esta distinção é importante, dado que uma economia que consuma toda a sua produção extra-económica, investindo apenas o necessário para substituição de maquinaria e de equipamento, tem um menor potencial de crescimento do que a de um país que utilize uma parte do seu produto nacional em investimento. Em segundo lugar, qual das indústrias contribuiria mais para o rendimento nacional? Depois, qual das indústrias traria a maior contribuição para a formação de capital? E, relacionada com esta última questão, qual das indústrias seria mais dinâmica em termos da sua relação poupança-consumo?

⁶ Uma vez que a maioria das explorações agrícolas eram de tipo familiar, estas actividades agrícolas são uma pequena parte do total e representam o gume da penetração capitalista na agricultura.

Para responder à primeira pergunta, isto é, para repartir o crescimento pelos aumentos do consumo ou do investimento, torna-se necessário encontrar um sucedâneo para os inexistentes dados do rendimento nacional. Esse sucedâneo contém-se nos importantes dados das estatísticas comerciais. As importações foram divididas em duas categorias principais. Os alimentos, bebidas e produtos acabados foram considerados como consumo e as ferramentas, maquinaria e matérias-primas foram tratadas como investimento. Tais substitutos permitem avaliar o sentido das mudanças verificadas ao longo do tempo — de facto, não se aproximam dos quantitativos reais⁷. O gráfico 1 mostra as mudanças que se processaram, no decurso do tempo, relativamente às duas categorias de importações que estamos a tomar como padrões do consumo e do investimento. E o mesmo gráfico sugere 1) que o crescimento do rendimento nacional pode ter-se ficado a dever mais a aumentos no consumo e 2) que o consumo parece ter ultrapassado o investimento. Deve ter-se presente que estas percentagens se baseiam no total gasto com as importações. Durante a guerra, naturalmente, o total aplicado às importações decresceu; no entanto, e nessas circunstâncias, a *proporção* dos investimentos aumentou relativamente ao consumo. Cerca de 1920, após oscilações menores, as duas categorias tenderam a convergir, isto é, os gastos com o consumo aumentaram a expensas dos gastos com o investimento. Tal facto pode ser elucidativo dos processos que se verificaram na economia, globalmente considerada.

Também se não conhecem as contribuições percentuais de cada sector para o produto nacional total. Baseado na média das despesas, calculada a partir de orçamentos familiares⁸, ou partindo da composição da força de trabalho, pode afirmar-se que o principal contributo para o rendimento nacional veio da agricultura (75% e 62%, respectivamente). Contudo, é bastante provável que o maior contributo para a formação de capital não estivesse no sector agrícola. Aqui, os sucedâneos não se encontram tão facilmente. Recorremos, *infra*, a numerosos indicadores com o objectivo de verificar quais as indústrias que tiveram taxas de crescimento mais rápidas e quais as que, aparentemente, possuíam, concomitantemente, os mais elevados níveis de formação de capital e de formação de capital fixo.

O crescimento económico e os aumentos na formação de capital deveriam revelar-se, estatisticamente, de vários modos. Um deles é o número de empresas. Se em determinada altura existirem 100 empresas e trinta anos mais tarde existirem 5000 desempenhando a mesma actividade económica, isto sugeriria certamente um crescimento. Extrair da proliferação de empresas a conclusão da existência de crescimento económico não é correcto, dado que o crescimento através da concentração de capital resultaria, na verdade, num decréscimo do número de empresas. Pondo de parte este caso excepcional, parece ser um procedimento seguro examinar a alteração do número de empresas, no tempo, em relação às várias indústrias. Os dados do quadro n.º 3 provêm de Oliveira Marques⁹ e os índices-padrão aí referidos representam as alterações verificadas entre 1917 e 1930. Os dados estão incompletos, na medida em que o estudo de 1917 excluiu um distrito; ainda assim, fornecem indicações sobre as indústrias que parecem ter crescido mais rapidamente. Particularmente digno de nota foi o crescimento da indústria química, seguida da indústria de alimentos sólidos

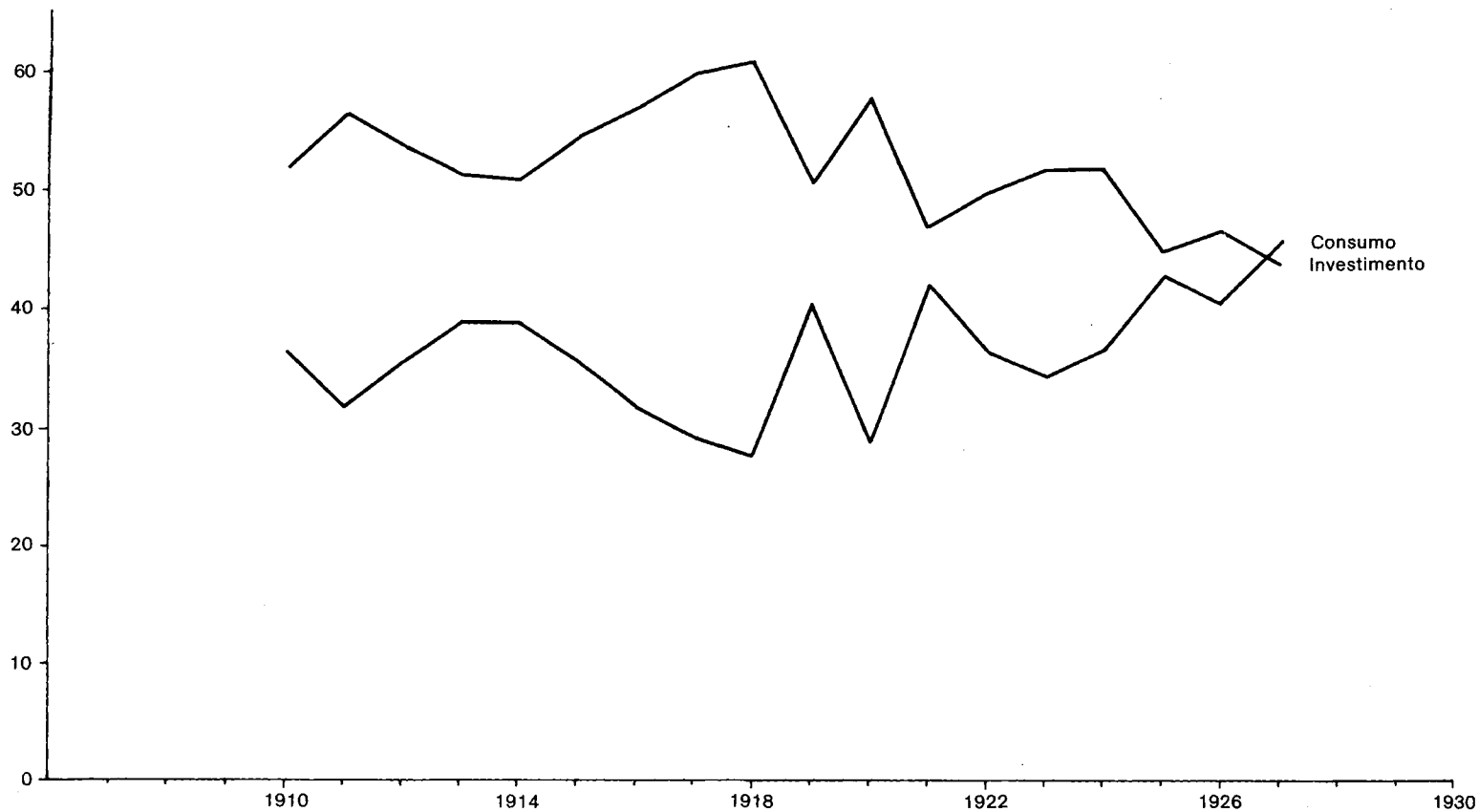
⁷ José Telo, *Decadência e Queda da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo Ed., L.ª, 1980, p. 9.

⁸ Para confirmar esta afirmação pode mencionar-se que, segundo o *Yearbook of National Accounts Statistics* de 1969, das Nações Unidas, Portugal, em 1968, gastou o seu PNB do seguinte modo: 80% para consumo (privado e governamental) e 19% para formação de capital. Atendendo a estes números, é bastante improvável que Portugal tenha tido um dispêndio de 60% em investimentos durante o primeiro quartel do século xx.

⁹ A. H. de Oliveira Marques, *História*, pp. 216 e 218.

[GRÁFICO I]

Itens de consumo e investimento como porcentagem do total das importações



Índice de crescimento em unidades produtivas por indústria: 1917-30

(1917 = 100)

[QUADRO N.º 3]

Indústria	1930: índice
Metalúrgica	388
Cerâmica	328
Vidreira	344
Química	895
Alimentar sólida	529
Alimentar líquida	529
Têxteis	189
Vestuário	286
Madeira e mobília	267
Papel	236
Gráfica	202

Fonte: A. H. de Oliveira Marques, *História*, pp. 216 e 218.

(novamente aquele infeliz agrupamento de diversas indústrias: conservas, moagem de cereais, etc.). Estes dados mostram também que o crescimento na indústria têxtil não foi tão espectacular como se poderia esperar.

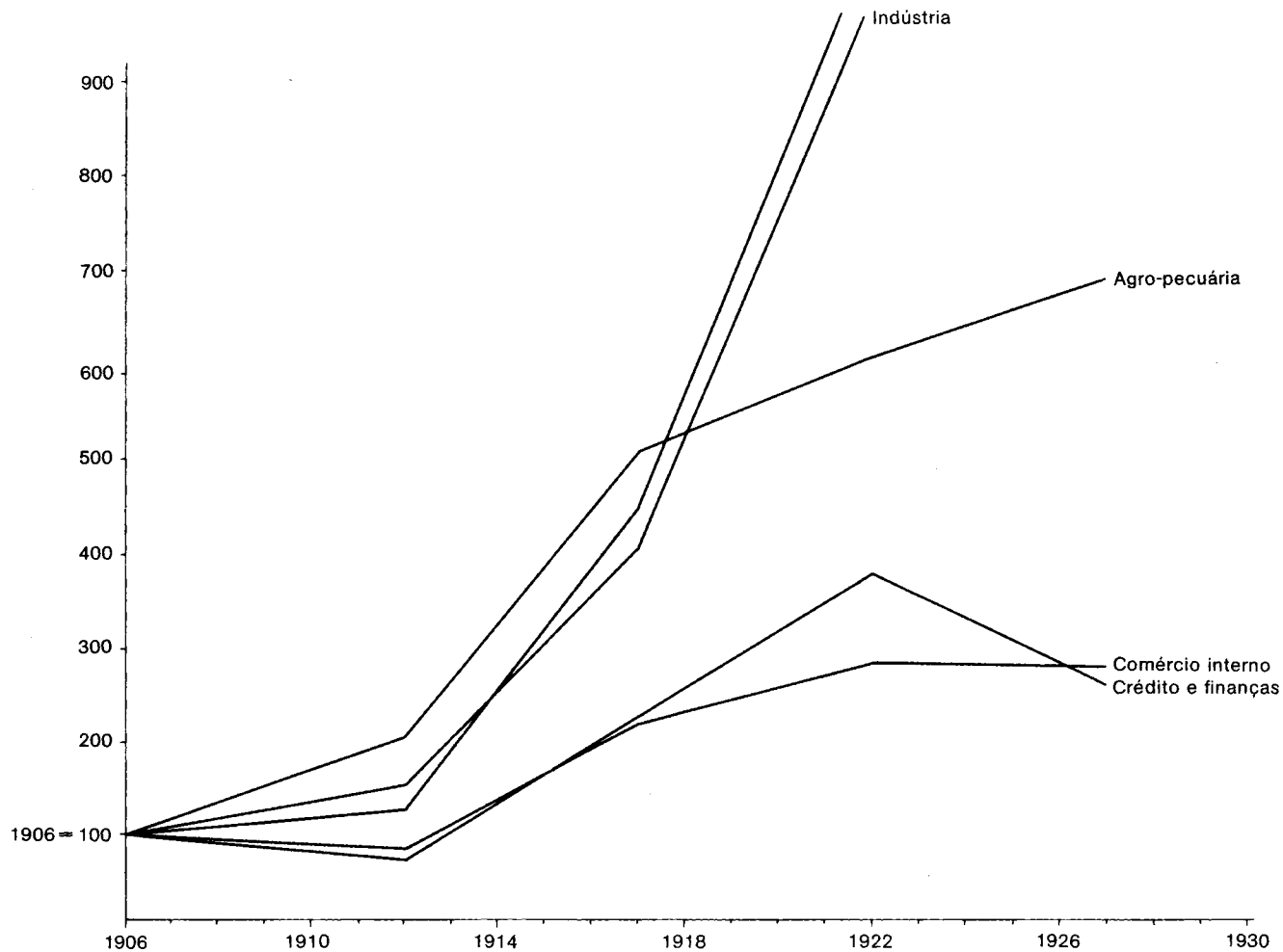
As alterações nos níveis de formação de capital reflectir-se-iam também na taxa de constituição de novas empresas. A alteração verificada no número de novas empresas surgidas em cada período de cinco anos encontra-se representada no gráfico II¹⁰. Se bem que, como mencionámos já, um declínio no número de novas empresas pudesse significar concentração de capital, um aumento indica certamente crescimento. Esta análise dos dados do INE de 1939 revela que o comércio internacional, o crédito e o financiamento cresceram a uma taxa inferior, tendo o comércio interno e a indústria demonstrado taxas de crescimento mais rápidas. O gráfico III representa as trajectórias temporais percorridas por algumas das mais importantes indústrias. Não existem, infelizmente, dados suficientes para calcular estas taxas de crescimento para todas as indústrias. Para outras, o número de novas unidades produtivas é tão pequeno que as percentagens não teriam significado. O gráfico III revela dois modelos básicos: uma taxa de crescimento muito elevada foi característica da indústria de vestuário e da indústria de moagem de cereais; um pouco mais modesta, se bem que positiva, foi a taxa de crescimento mais lenta, sofrida pela fiação e têxteis, indústrias químicas e indústrias de alimentos líquidos. Existem duas excepções a estes modelos: a indústria de conservas, que começou por ter um crescimento rápido e sofreu, depois, um crescimento mais lento, e a indústria de bebidas alcoólicas, que teve uma taxa de crescimento mais modesta do que as outras. Estes dados fornecem elementos relativos ao crescimento empresarial, mas não são significativos quanto à questão do capital.

Tornam-se necessárias outras estatísticas para fazer luz sobre a questão da formação do capital. A totalidade dos investimentos de capital por sector encontra-se resumida no quadro n.º 4. Não obstante a categorização e a periodização dos mais importantes sectores não serem das mais felizes, é possível, ainda assim, detectar algumas tendências. Descontando as oscilações menores, ocorridas entre 1900 e 1919, os dados mostram que, entre 1900 e 1929, o capital

¹⁰ Instituto Nacional de Estatística, *Estatística das Sociedades/1939*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1941.

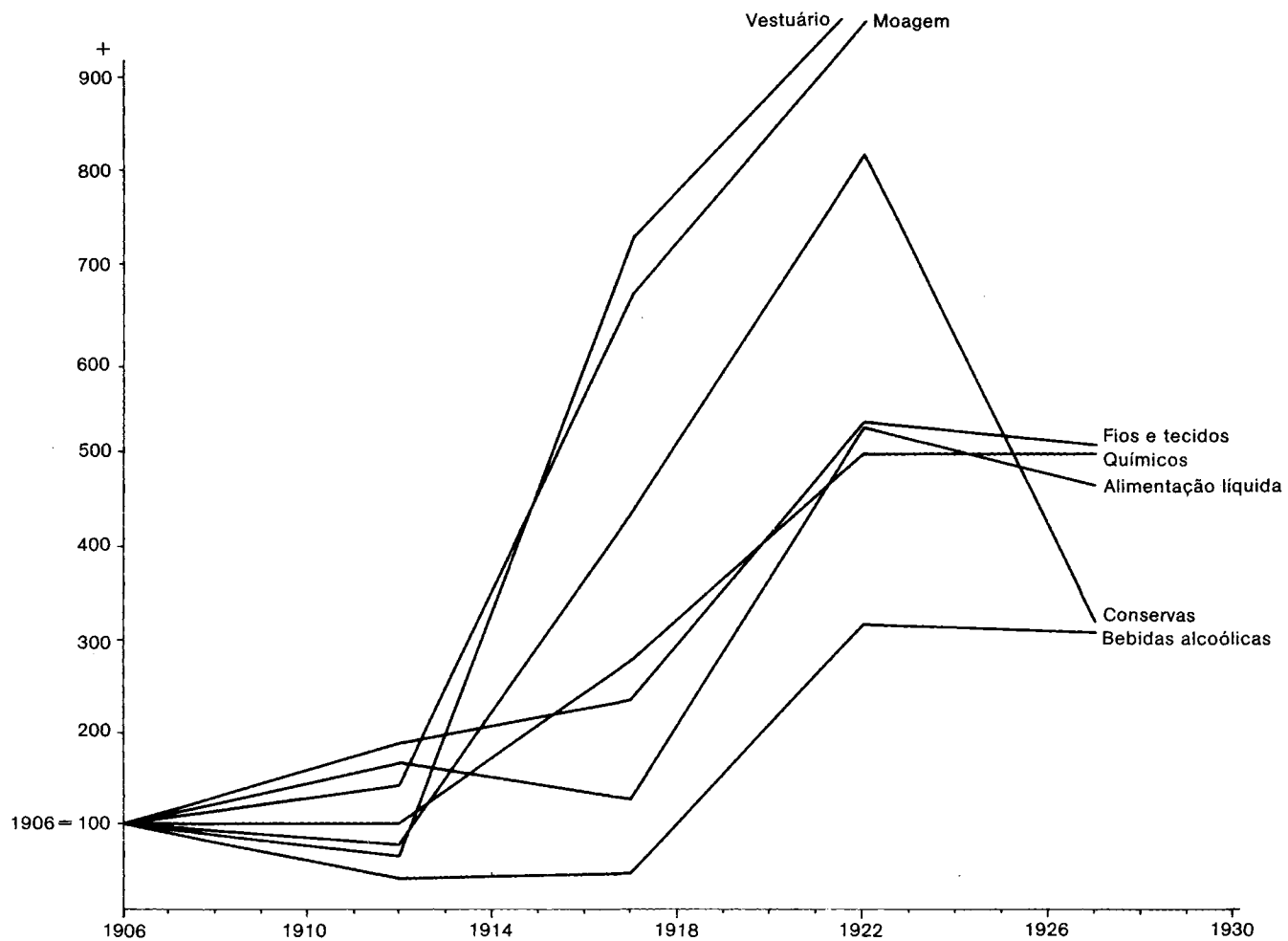
[GRÁFICO II]

Número de novas empresas fundadas por sector: 1906 a 1909 = 100



[GRÁFICO III]

Número de novas empresas fundadas por indústria: 1906 a 1909 = 100



se deslocou para a indústria (tanto extractiva, como transformadora), se manteve estável no comércio e abandonou as actividades agro-pecuárias. A indústria transformadora registou, em todos estes períodos, a maior percentagem de capital investido, sugerindo ser o sector que mais contribuiu para a formação de

Distribuição em percentagem de capital investido por sector e por ano

[QUADRO N.º 4]

Anos	Indústria extractiva	Indústria transformadora	Agro-pecuária	Comércio
1900-09	—	46,8	18,1	35,1
1910-19	1,2	72,2	3,6	23,1
1920-29	25,5	58,4	5,3	33,8

Fonte: adaptado de Armando Castro, *A Economia Portuguesa do Século XX*, cit., p. 263.

capital. Esta importante contribuição para a formação de capital, por parte da indústria, pode, todavia, ter-se ficado a dever quer ao grande número das unidades produtivas existentes, quer ao elevado valor de capital envolvido por empresa.

Pode avaliar-se tal conjectura através dos dados relativos à média de capital por empresa. Embora não existam dados disponíveis, de uma forma sistemática, para todas as empresas, alguns foram publicados no *Diário do Governo* e resumidos por Armando Castro¹¹. Tomando por base 1900 (1900 = 100) e comparando a média de capital por empresas fundadas neste ano com a média do das empresas fundadas em 1929, vê-se que as exigências de capital para a moagem de cereais eram consideravelmente mais elevadas do que para a agro-pecuária, os têxteis e a banca. Os aumentos em valor monetário da média do capital por empresa pode ter-se ficado a dever tanto a alterações no preço da moeda, como a alterações reais nas exigências do capital. Seria impossível deflacionar adequadamente todo o capital, mas podem fazer-se inferências. Se todas as actividades económicas se tivessem desenvolvido a um ritmo igual, teriam tido trajectórias similares ao longo do tempo — trajectórias que se poderiam dividir em crescimento real e em efeitos inflacionários. Existem, na verdade, enormes variações no capital investido, pelo que parece mais correcto rejeitar a ideia de um desenvolvimento uniforme e prosseguir, sabendo, todavia, que algumas das alterações ocorridas no capital se ficaram a dever a efeitos inflacionários. Em alguns dados extraídos de Armando Castro deflacionou-se o capital para os preços de 1900, mas isso em nada altera as relações que constituem o objecto principal deste artigo (ver quadro n.º 5).

Existe ainda uma outra medida para dividir a formação do capital nas suas componentes. O investimento visando um aumento da produção pode ser canalizado para um incremento dos níveis dos postos de trabalho e dos *inputs* das matérias-primas, ou, em alternativa, ser canalizado para capital fixo — mais edifícios, mais maquinaria e equipamentos. Esta destrição merece mais do que uma mera menção, uma vez que os investimentos em capital fixo fornecem a

¹¹ Armando Castro, *O Desenvolvimento do Capitalismo*, pp. 272-274.

Índice de capital investido por empresa, por indústria e por ano

(1900 = 100)

[QUADRO N.º 5]

Indústria	1900	1917	1925
Agricultura	100	125	169
Têxtil algodoeira	100	310	258
Moagem de cereais	100	164	4309
Bancos e instituições financeiras	100	633	574

Fonte: adaptado de Armando Castro, *A Economia Portuguesa do Século XX*, cit., pp. 272-274.

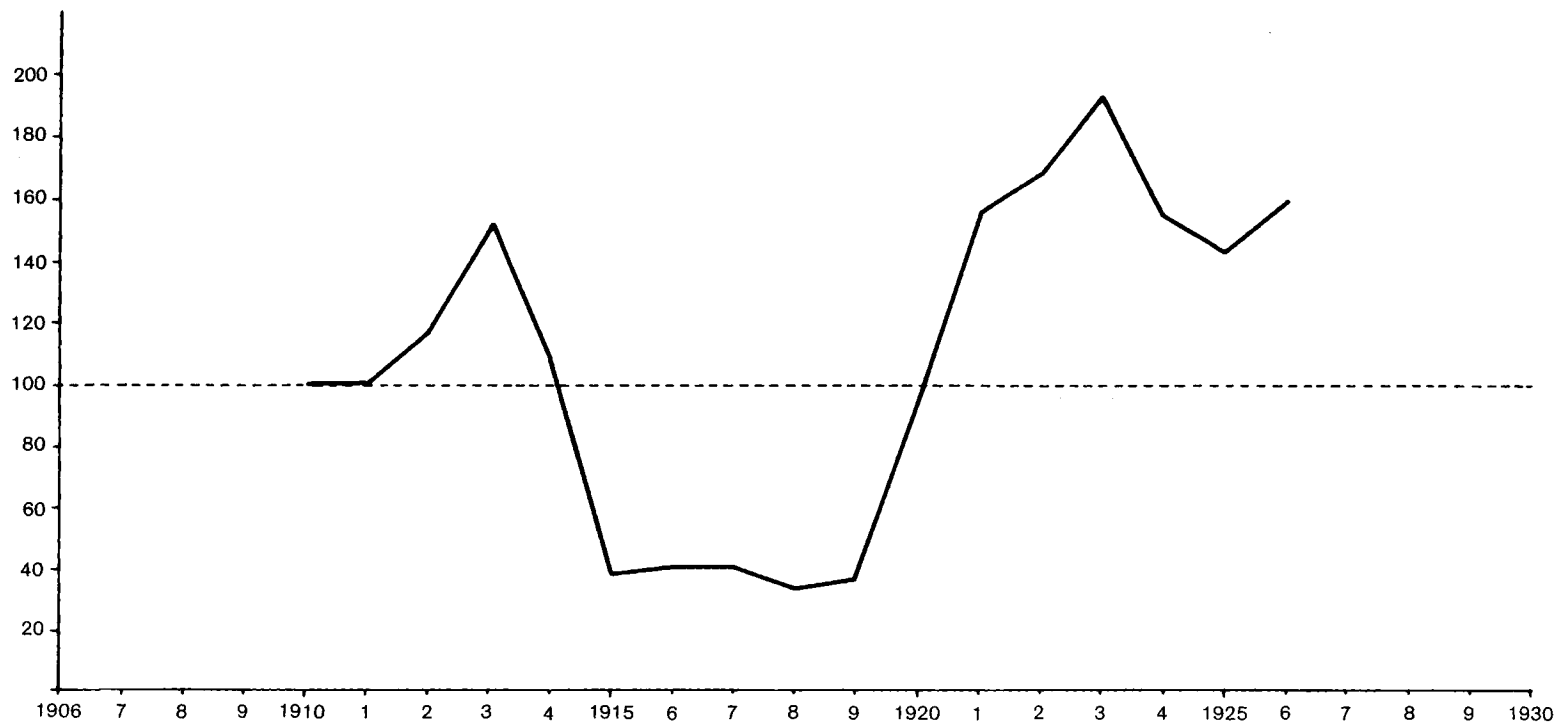
base para um substancial crescimento económico futuro. A ausência de dados relativos ao rendimento nacional leva-me outra vez a utilizar em sua substituição as estatísticas de importação. Esta medida justifica-se, dado que Portugal produziu muito pouco da necessária maquinaria pesada, e, por conseguinte, o volume da maquinaria importada compara-se, muito de perto, às despesas reais em componentes de máquinas do capital fixo. Não é um indicador totalmente perfeito, dado que, depois da primeira guerra mundial, Portugal começou a produzir algumas máquinas. Por isso, a redução das importações de máquinas, verificada no após-guerra, pode ter-se ficado a dever tanto à produção interna, a que acabámos de fazer menção, como a um declínio real na taxa de crescimento do capital fixo. O valor das importações de ferramentas e maquinaria encontra-se traçado no gráfico IV¹². O mesmo gráfico mostra o amplo investimento societal em capital fixo, cujo comportamento oscilou do modo seguinte: o crescimento foi evidente desde os tempos da revolução republicana até atingir um auge, em 1913. Seguiu-se-lhe uma queda acentuada, devido às condições criadas pela guerra (falta de fundos, impossibilidade de transportar mercadorias por mar e redução da produção externa). Em 1919 iniciou-se um período de recuperação no após-guerra, que atingiu um novo máximo em 1923, seguindo-se uma nova queda. Estes factos revelam-nos o fluxo geral das despesas na formação de capital fixo. É decepcionante que estes dados relativos às importações não possam ser repartidos, individualmente, por indústrias — não saberíamos dizer quais as indústrias a que se destinavam as máquinas importadas. Torna-se necessário encontrar, uma vez mais, uma «segunda-melhor» medida.

Atendendo a que os níveis de potência em cavalos-vapor têm uma relação evidente com o grau de mecanização, a informação em cavalos-vapor fornece-nos uma estimativa do capital fixo por indústria. O *Inquérito Industrial de 1917* incluiu algumas perguntas relacionadas com cavalos-vapor, faltando-lhe, porém, um estudo comparado. Os dados apresentados no quadro n.º 6 são cavalos-vapor por trabalhador e por indústria. Aqui, a indústria de alimentos sólidos à frente das restantes. A média de cavalos-vapor disponível por trabalhador, na indústria alimentar, era cerca de 50, enquanto, por contraste, a achada para a indústria de tabaco era 0,05. Outras indústrias que se encontram próximas das menos mecanizadas do fim da escala são as do calçado, do vestuário e da metalurgia.

¹² Ministério das Finanças, *Comércio e Navegação*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910-29. A posição 5 da pauta alfandegária inclui todas as ferramentas e maquinaria, mas exclui o transporte de equipamentos e de armas.

[GRÁFICO IV]

Importações de ferramentas e maquinaria: 1910 = 100



Cavalos-vapor em média por trabalhador e por indústria: 1917

[QUADRO N.º 6]

Indústria	Cavalos-vapor
Pedras	1,42
Metalúrgica	0,28
Cerâmica	0,52
Vidro	0,14
Química	0,68
Alimentação sólida	49,57
Alimentação líquida	2,88
Têxteis	0,98
Vestuário	0,12
Calçado	0,12
Madeira/mobília	0,40
Papel	1,09
Gráfica	0,44

Fonte: adaptado de *Inquérito Industrial de 1917*.

RESUMO

Mais do que fazer um resumo serial dos resultados que se acabam de apresentar, e tentando conciliar as conclusões individuais que tocam as raias da contradição, resumi as conclusões a que cheguei em quatro quadros. Aqui dei um passo em frente na prática de usar comparações, mais do que valores actuais (sejam eles monetários, número de unidades, ou quaisquer outros). Assim, por exemplo, as taxas de lucro conhecidas constituem uma escala, e agrupo as várias actividades económicas conforme se situam acima ou abaixo da média, nessa escala. Procedimento idêntico foi adoptado em relação a todas as medidas de formação de capital; as taxas conhecidas para um dado ponto no tempo foram consideradas sempre que a série e as actividades estavam caracterizadas, por se encontrarem acima ou abaixo da média dessa série. Atendendo à medíocre qualidade dos dados aqui apresentados, esta técnica dá, provavelmente, a quantidade exacta de respeito que os dados merecem — respeito pelas diferenças relativas, mas não pela quantidade de diferenças existente.

É evidente que se tornam necessários mais dados e que as conclusões aqui apresentadas são provisórias. Contudo, a obrigação em relação ao esquema analítico leva-me a continuar, e, de facto, emergem dos quadros n.ºs 7 a 11 alguns

Crescimento das empresas produtivas através das variações nas taxas de lucro: 1900-30

[QUADRO N.º 7]

Variação nas taxas de lucro entre 1900 e 1929	Crescimento da empresa	
	Abaixo da média	Acima da média
Alto para alto Alto para baixo Baixo para alto Baixo para baixo	Têxteis	Alimentação sólida

factos dignos de nota. Algumas indústrias conseguiram manter, ou mesmo aumentar, as posições das suas taxas de lucro, sem aumentos relativos por empresa em investimento de capital. Foi o que se passou com a indústria têxtil (quadro n.º 10). A agricultura (quadro n.º 9) apresenta uma combinação econó-

**Taxa de crescimento de novas empresas produtivas
através das variações nas taxas de lucro: 1900-29**

[QUADRO N.º 8]

Variações nas taxas de lucro entre 1900 e 1929	Taxas de crescimento	
	Abaixo da média	Acima da média
Alto para alto Alto para baixo Baixo para alto Baixo para baixo		Têxteis Moagem de cereais Finanças/crédito

mica alternativa — aumentou as suas taxas de lucro, que, por seu turno, diminuíram o investimento de capital. Uma terceira combinação encontra-se espelhada na moagem de cereais, que, não obstante sofrer quebras na posição da sua taxa de lucros, teve aumentos nos níveis do investimento de capital. E, por último, pode inferir-se, através dos dados em cavalos-vapor, que, não obstante terem sido maiores as exigências em capital fixo por parte da indústria química, da

**Variação em percentagem da distribuição do capital total
por sector e por taxas de lucro: 1900-29**

[QUADRO N.º 9]

Variação das taxas de lucro entre 1900 e 1929	Sentido da variação (em percentagem) do capital por sectores		
	Aumentou	O mesmo	Diminuiu
Alto para alto Alto para baixo Baixo para alto Baixo para baixo	Indústria	Comércio	Agro-pecuária

moagem de cereais e dos têxteis, estas apresentam-nos taxas de crescimento mais elevadas (em termos de número de unidades) do que algumas outras, nomeadamente a cerâmica, as conservas e os alimentos líquidos (ver quadro n.º 11).

Tais trajectórias não constituem factos isolados, tendo antes resultado do conflito e cooperação entre os diferentes grupos económicos. Gostaria, por isso, de me voltar agora para esta via.

Variações médias por capital de empresa por variações nas taxas de lucro: 1900-29

[QUADRO N.º 10]

Variações nas taxas de lucro entre 1900 e 1929	Variações médias por capital de empresa	
	Abaixo da média	Acima da média
Alto para alto Alto para baixo Baixo para alto Baixo para baixo	Têxtil algodoeira Agro-pecuária	Moagem de cereais Banca, crédito

Taxa de crescimento de novas empresas produtivas em cavalos-vapor: 1917

[QUADRO N.º 11]

Cavalos-vapor	Taxa de crescimento	
	Abaixo da média	Acima da média
Abaixo da média		Madeira, mobília Vestuário
Acima da média	Cerâmica Conservas Bebidas alcoólicas Alimentos líquidos	Química Têxteis Moagem de cereais

DISCUSSÃO

Fazendo parte de um trabalho em curso, o presente artigo é, necessariamente, não conclusivo, especialmente em relação à questão principal — as origens da instabilidade e a inviabilidade da República. Foi afirmado no início deste artigo que a inviabilidade do regime político se alicerçava na estrutura económica. Para justificar uma tal asserção torna-se necessária uma organização conceptual determinada, que implica uma descrição económica específica. Tal descrição económica deve ser reinserida nesta estrutura. O modo de atingir este objectivo, em concreto, encontra-se esboçado a seguir.

Cada uma das actividades económicas funcionaria melhor se pudesse organizar os ambientes económicos e sociais de forma a satisfazer as suas necessidades. Esses «ambientes óptimos» são definidos pela natureza da própria produção. Por outras palavras, a produção pode exigir a obtenção de matérias-primas do estrangeiro, acesso à água ou a outras fontes de energia, transporte de produtos para distribuição, etc. Consequentemente, para uma actividade económica, e para um certo tipo de produção, pode dizer-se que são preferíveis ambientes específicos. E, do mesmo modo, podem ser preferíveis certos ambientes sociais. A indústria têxtil portuguesa tinha concorrência estrangeira. Em virtude de operar a um nível tecnológico significativamente inferior ao de alguns países europeus, Portugal, em situação de concorrência aberta, teria sido obrigado a rebaixar o preço dos seus produtos, perante o dos produtos estrangeiros. Neste caso, o ambiente social preferido seria o das fronteiras fechadas.

E como foram expressas tais preferências? A partir do momento em que o duelo deixou de ser uma técnica aceite para a resolução dos conflitos, como competiram os interesses económicos uns com os outros? Uma das maneiras, decerto, foi ao nível de mercado. Num mercado livre, os casacos poderiam competir uns com os outros e, se os casacos estrangeiros fossem idênticos aos nacionais, o que fosse mais barato era o que certamente se venderia. Os preços constituem, assim, um campo de batalha lógico para conflitos económicos. No entanto, muitos conflitos económicos foram politizados. Até mesmo dois produtos idênticos, ambos de produção nacional, podem deslocar a concorrência da esfera política. Um só exemplo chega para clarificar este ponto. Grande número de vinhos doces eram produzidos em Portugal. Além dos dois afamados vinhos da Madeira e do Porto, produziam-se, durante a República, pelo menos mais outros três. Mais do que competir no mercado (na verdade, o mercado de exportação), os negociantes do vinho do Porto, um grupo do Norte, forte e politicamente organizado, obteve, em 1914, um contrato de concessão. Esse contrato, de Junho de 1914, especificava que o vinho apenas se poderia chamar «finísimo» ou «velho» se fosse exportado a partir do cais da cidade do Porto, e mais, que qualquer outro vinho doce exportado de Portugal deveria ter impresso no rótulo, em letras grandes, o porto de saída. A Associação dos Exportadores de Vinho das Regiões do Centro e Sul protestou veementemente contra estas restrições de etiquetagem. A batalha do vinho doce perdeu muito da sua chama durante os anos da guerra, quando todo o comércio se encontrava ameaçado, mas reacendeu-se nos anos 20. Serve isto para demonstrar que uma batalha económica se pode transformar numa batalha política.

Havia nesta história um actor invisível que desempenhou um papel crucial, e esse papel deve ser explicitado no âmbito deste quadro. E deve estar presente nesta estrutura, porque a chave para a transformação dos interesses económicos em preferências políticas se encontra no interior dessa instituição política que se chama *estado*. O caciquismo foi uma técnica transformadora na Monarquia, sendo o seu paralelo, no Estado Novo, o corporativismo. A democracia parlamentar apresenta a sua própria e única constelação de elementos, que moldam a transformação das preferências relativas a certos ambientes económicos e sociais em políticas do Estado. Dentro do quadro institucional de uma democracia, os interesses não são apenas negociações e conflitos entre partidos políticos, blocos políticos e outros agentes. Aqueles conflitos devem ser examinados no interior da instituição a que se chama *democracia parlamentar*.

A transformação dos interesses económicos em preferências políticas não é óbvia nem automática. O estudo da transformação lança um desafio no sentido de compreender como funciona o capitalismo numa democracia.

Se bem que este artigo não tenha começado a responder ao que foi posto como questão principal, forneceu material suficiente para problematizar algumas questões. Por exemplo, se os têxteis mantiveram elevadas taxas de lucro sem investimento de capital, como o conseguiram? Diversas alternativas eram

possíveis: elevar os preços (tanto internamente, como nas colónias), manter baixos os custos de *input* (matérias-primas baratas), recurso aos salários baixos (contratação de mulheres e de crianças) ou ao aumento de horas de trabalho. Lucros elevados, neste caso, sugerem três alternativas políticas para os interesses dos têxteis: legislação laboral não restritiva de certos tipos de trabalho, por exemplo, por idade, sexo ou horas, respectivamente. Mas a indústria têxtil não era a única actividade económica na economia; operava no mesmo espaço físico que a moagem de cereais, as conservas, os produtores de trigo, etc. Cada um destes tinha, por sua vez, o seu próprio conjunto de preferências em matéria de ambientes económicos e sociais. E, de par com estes ambientes preferidos, encontrava-se um leque de políticas. A interacção destas preferências através do quadro institucional de uma democracia parlamentar constitui a transformação. Nestes conflitos e crises assenta a inviabilidade da República.